

## Tradução

**KAPOVIĆ, Mate. *Língua, Linguística, Nacionalismo e Ciência.***

*Etnološka tribina* 29, vol.46, 2016. p.25-30.

**KAPOVIĆ, Mate. *Jezik, Lingvistika, Nacionalizam I Znanost.***

*Etnološka tribina* 29, vol.46, 2016. p.25-30.

**KAPOVIĆ, Mate. *Language, Linguistics, Nationalism and Science.***

*Etnološka tribina* 29, vol.46, 2016. p.25-30.

*Milan Puh*<sup>1</sup>

*Isidora Popović*<sup>2</sup>

## Língua e nacionalismo

Ideologias políticas progressistas geralmente veem com maus olhos o nacionalismo. No entanto, enquanto na esquerda política a regra geral é desaprovar fortemente o nacionalismo extremo da Frente Nacional na França ou do Jobbik na Hungria, o nacionalismo palestino ou curdo (progressista), no Oriente Médio, é visto com simpatia. Desde os primeiros dias da Rússia revolucionária até uma série de movimentos de libertação nacional, frequentemente vemos uma relação dialética entre o internacionalismo e os direitos (leninistas) à autodeterminação nacional (principalmente em situações em que há uma subordinação existente de grupos étnicos específicos). Esses movimentos de libertação, incluindo

- 
- 1 Doutor em Educação pela Faculdade de Educação (USP). Professor adjunto do Instituto de Letras (UFBA) e pesquisador colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (USP). Coordenador do Grupo de Estudos Leste Europeu em Movimento (LEEM). E-mail: [milan.puh1@gmail.com](mailto:milan.puh1@gmail.com).
  - 2 Mestre em Letras-Português pela Faculdade de Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). Atualmente trabalha no Parlamento de Montenegro em setor de Protocolo. Faz parte de dois grupos de estudo no Brasil, Laboratório de Estudos discursivos da Unicentro (LEDUNI) e Leste Europeu em Movimento (LEEM). E-mail: [jsidorap88@gmail.com](mailto:jsidorap88@gmail.com).

aqueles no Terceiro Mundo após a Segunda Guerra Mundial, também eram frequentemente socialistas.

Assim, exemplos como o nacionalismo curdo na Turquia e o nacionalismo croata contemporâneo na Croácia (e nacionalismos comparáveis pertencentes a povos “majoritários” nos Estados-nação europeus) podem ser vistos de maneiras diferentes. Em situações como a primeira, existem ameaças reais e a opressão de certas comunidades sociais (normalmente minoritárias, mas sempre politicamente mais fracas)<sup>3</sup> com base na língua, religião, costumes, etnicidade etc., e, assim, o nacionalismo tem uma função defensiva e libertadora. Em outros casos, no entanto, estamos lidando com o nacionalismo majoritário, que é tipicamente - simbolicamente ou em termos reais - definido com base na posição de supremacia e opressão (dentro dos limites de sua estrutura), quando relacionado a grupos étnicos minoritários internos, nações vizinhas, imigrantes (do Oriente Médio) e semelhantes.

Essas situações também são mapeadas baseando-se na língua e refletindo a mesma. Na Turquia, por exemplo, as letras *x*, *y* e *w* foram proibidas até 2013, pois são usadas para escrever em curdo, mas não em turco. Essas proibições formais ou práticas, exigindo que alguém falasse e escrevesse em um determinado idioma, não têm sido raras ao longo da história, principalmente nos países que hoje são considerados líderes do “mundo democrático”, como França, Canadá ou Austrália. Lutar contra essas proibições, certamente, constitui um componente de certos projetos nacionalistas (aqui curdos), mas o fenômeno é completamente diferente do desenvolvimento do nacionalismo linguístico, por exemplo, na Croácia. Aqui, uma das formas de se manifestar, entre outras, é por meio da política do purismo linguístico, que equivale à limpeza étnica da

---

3 O número nem sempre é o fator decisivo nas relações de poder étnico-religiosas - por exemplo, a minoria sunita no Bahrein governa a maioria xiita, como foi o caso no Iraque de Saddam, e é o mesmo caso com a minoria alauita no topo da Síria de Assad. As situações coloniais e pós-coloniais também não precisam ser mencionadas - tomemos, por exemplo, a minoria branca na África do Sul (que hoje não tem mais as rédeas políticas do poder, mas continua a ter as rédeas econômicas).

língua (KAPOVIĆ, 2013, p.392)<sup>4</sup>. Isso também é amplamente normalizado dentro da comunidade linguística maior. Podemos olhar para isso da perspectiva do ativismo linguístico, que não se limita à mera descrição e análise da língua, mas também entra no domínio de fazer juízo de valor sobre a relação entre a língua e a sociedade. Em casos como o curdo, esse ativismo condena a discriminação e a opressão linguística, enquanto em outros casos, como o croata, critica a xenofobia nacionalista que se esconde no pano de fundo dos projetos puristas.

No que se refere a questões de línguas minoritárias e ameaçadas e de abordagens nacionalistas da língua, na perspectiva da mobilidade ascendente, os interesses dos falantes e comunidades de fala não precisam coincidir com a preservação de certa língua minoritária. Abandonar a língua minoritária (seja por completo ou simplesmente usando uma língua diferente de maneira exclusiva em alguns contextos) pode realmente beneficiar indivíduos ou comunidades economicamente - ver Brutt-Griffler (2002), em contraste a Phillipson (1992, 2009); e Kontra, Phillipson, Skutnabb-Kangas e Várady (1999), que defendem o conceito de “direitos linguísticos” que surgiu como uma resposta ao “imperialismo linguístico” colonialista e neocolonialista.<sup>5</sup> No entanto, apesar da crítica justificada ao conceito de “direitos linguísticos” (BRUTT-GRIFFLER, 2002, p.220-230), alguns pontos devem ser mencionados aqui. Mesmo que os ciganos na

---

4 Curiosamente, a discriminação na linguagem ainda é mais ou menos competentemente normalizada em todos os lugares (seja comentando o dialeto de alguém ou certas palavras como sendo de origem “inadequada”), mas fora da linguagem, pelo menos no discurso público, isso não é mais visto como politicamente correto (ver MILROY, 2007, p.135).

5 Sem dúvida, o fato de o inglês ser uma “língua franca” global é o resultado do colonialismo, do neoimperialismo econômico e do desenvolvimento econômico capitalista desigual em todo o mundo. Como tal, o inglês de hoje nunca pode ser “neutro”, visto que, em grande parte, se baseia na hegemonia global-econômica, política e militar, bem como na cultura, mídia e hegemonia linguística dos EUA. Embora a hegemonia político-econômica dos EUA esteja em declínio, a hegemonia linguística global do inglês permanece atualmente. Os textos acima mencionados, que defendem os conceitos de “direitos linguísticos” (PHILIPSON, 1992), - embora sem dúvida escritos de uma perspectiva progressista, com muitos aspectos de sua sustentação crítica - representam, pelo menos nas soluções que sugerem, uma espécie de “ludismo linguístico” (pode-se, em um sentido significativo, ver aqui um problema básico do pensamento progressista, tanto político-econômico quanto linguístico). Em geral, eles oferecem uma crítica bem fundamentada ao *status quo* e a como ele surgiu, antes de passar para soluções operacionais, em parte porque as condições políticas para resolver esses problemas não estão no horizonte e as soluções não são simples. Isso não significa, no entanto, que se possam aceitar as críticas conservadoras-apologéticas dessa abordagem, por exemplo, a de Honey (1997). Ver, por exemplo, a crítica selvagem de Trudgill (1998) ao livro de Honey (1997), em que ele critica o prescritivismo de Honey, entre outras coisas.

Croácia aprendam croata perfeitamente, isso dificilmente resolverá todos os seus problemas. Da mesma forma, se negros pobres que vivem nos Estados Unidos aprenderem a falar o inglês americano “branco” perfeitamente, isto não lhes garantirá, necessariamente, uma passagem para fora do gueto.<sup>6</sup> Afinal, tal abordagem dificilmente pode ser chamada de abordagem baseada em classe (como BRUTT-GRIFFLER (2002) parece chamá-la). Podemos chamá-la de abordagem baseada em classe se insistirmos em que as camadas sociais inferiores aprendam obedientemente a variedade de línguas faladas pelas camadas superiores?<sup>7</sup> Como isso difere do fato de as classes mais baixas assumirem outros valores que a classe dominante mantém (e que refletem claramente os interesses materiais de sua classe)? Aceitar uma narrativa em que a solução é encontrada nas classes oprimidas (ou comunidades que falam uma língua diferente) aceitarem o código daqueles que as oprimem é ideologicamente falho. No entanto, isso não significa que, na prática, alguém deva ser contra o aprendizado de um dialeto padrão ou de uma língua dominante como o inglês nas escolas. Este é, na verdade, o caso de um ideólogo liberal que internalizou de maneira inconsciente o entendimento do sucesso como estando ao alcance de todos aqueles que se esforçam o suficiente<sup>8</sup>, combinado também com uma individualização liberal dos problemas sistêmicos. A questão reside no fato de que a opressão linguística (seja de socioletos ou dialetos da mesma língua ou de línguas diferentes) não surge no vácuo e não constitui um problema por si só — ela vem da mesma sociedade de classes com

---

6 Conforme mencionado por Brutt-Griffler (2002), p.231 (nota de rodapé 9).

7 Esse tipo de erro foi cometido anteriormente na esquerda - ver, por exemplo, os comentários de Gramsci (2000) sobre a linguagem, que são difíceis de chamar de progressistas, ou o texto “A luta pela língua aculturada” de Trotsky (*Pravda*, 15.5.1923), com o qual muitos dos prescritivistas de hoje concordariam, felizmente, em geral. Veja também as observações lúcidas de Trudgill sobre como o mencionado conservador Honey (1997), em muitos aspectos, compartilha uma posição “with those (mostly German) Marxist linguists who espoused the ‘let’s empower the proletariat by giving them standard language line’”, negligenciando a natureza de classe do dialeto padrão. Ainda hoje, a esquerda política frequentemente se mostra completamente alheia à agenda política de direita/conservadora que está oculta no prescritivismo, ou seja, a ideologia da língua padrão (MILROY, 2007), embora as ligações sejam claras (KAPOVIĆ, 2013).

8 Um exemplo bem conhecido é o do comediante americano Bill Cosby quando zombou da “ignorância do inglês” dos negros americanos publicamente, culpando de forma completamente ingênua seu vernáculo (AAVE) por sua pobreza e posição na sociedade.

suas desigualdades. A única maneira de as desigualdades linguísticas desaparecerem não é aprendendo a língua dos que estão no topo, mas sim através da eliminação política das desigualdades sociais (este é, claramente, um problema em um nível completamente diferente daquele da mobilidade de classes, ou seja, de alguns indivíduos conseguindo escalar de baixo para cima, aprendendo, assim, o idioma de prestígio das classes altas em seu caminho). A solução para esses problemas não está dentro da língua, mas sim fora da língua - sem uma mudança social não pode haver uma mudança linguística porque a língua é apenas um reflexo da sociedade.<sup>9</sup> Se a sociedade for estratificada ao longo das linhas de classe, isso, necessariamente, se refletirá na língua com o tempo e é ilusório pensar que algo mudará simplesmente por motivar as classes oprimidas a aprender a língua da classe dominante (se isso teoricamente aconteceu em sua totalidade, nenhuma mudança ocorreria fora da língua e, sem dúvida, com relativa rapidez, novas diferenças emergiriam).

As línguas também desempenham um papel crucial na formação das etnias. No entanto, também é verdade que existem várias línguas (sendo que a definição de *uma língua* é problemática e é sempre, pelo menos em certa medida, dependente da política), independentemente da existência de grupos étnicos e de nacionalismo. Se falamos de “direitos linguísticos” (em qualquer sentido), a linguística deve insistir na língua e não a conectar automaticamente a uma “nação” (como uma comunidade imaginada – ANDERSON, 2006), por mais que estejam interligados. Todos devem ter o direito de falar livremente sua língua (dialeto, socioleto...), independentemente de seu estatuto. Os linguistas nunca devem permanecer “neutros” em situações em que alguém não tem permissão de falar a sua língua, ou quando não é permitida a introdução

---

9 Curiosamente, Brutt-Griffler (2002, p.222-223) nota algo semelhante ao criticar o conceito de direitos linguísticos (“In constructing the solution, on the other hand, framework focusing on the establishment of language rights offer little to correct the systemic source of the problem”), mas não nota que esses pontos também é válido para uma abordagem que enfatiza a necessidade de acesso à língua dominante.

de uma determinada língua na educação, no uso oficial etc. Da mesma forma, nunca se deve ser forçado a preservar seu idioma (idioma, dialeto ou socioleto) a qualquer custo. A tarefa do linguista é descrever e analisar a língua e ajudar os falantes se eles pedirem ajuda (por exemplo, para escrever livros didáticos, ajudar no reconhecimento oficial da língua etc.), mas não cabe aos linguistas determinar se os falantes devem falar um idioma específico, ou como deveriam falar, e, na verdade, eles não podem ter uma grande influência no idioma. O desejo especializado de muitos linguistas de preservar a diversidade linguística (para que eles possam estudá-la) nunca deve ser perseguido se prejudicar os falantes dessas línguas ao fazê-lo (KAPOVIĆ, 2011a, p.96-98). Da mesma forma, os linguistas devem ajudar as comunidades sociais, tanto quanto possível, a obterem acesso à língua ou variedade dominante (ao contrário do que afirma SKUTNABB-KANGAS, 2000, p.499), apesar de a dominação ser fruto de circunstâncias sociais-históricas-políticas concretas, sendo tudo menos neutra.

Uma insistência na abordagem dos direitos linguísticos minoritários pode, certamente, (re)legitimar divisões étnicas e os aspectos negativos que regularmente as acompanham (desde as desigualdades de classe até os conflitos étnicos). Um exemplo é o conflito em torno do uso de sinalização pública em cirílico na cidade de Vukovar, Croácia, que começou em 2013 e continua desde então, embora com menor intensidade. Em 1991, durante a guerra, as forças sérvias tomaram o controle de Vukovar das forças croatas, e este evento foi acompanhado por uma grande destruição e matança. Na cidade, que fica na Croácia, na fronteira com a Sérvia, vive, atualmente, uma maioria croata (57%), juntamente com uma significativa minoria sérvia (quase 35%). De acordo com a lei, esse percentual é suficiente para que os sérvios em Vukovar tenham o direito de usar oficialmente o sérvio em espaços públicos como língua minoritária. Na prática, isso implica colocar sinalização pública em cirílico (dado que as diferenças entre o croata e o sérvio-padrão são mais ou menos semelhantes às do inglês

britânico e americano, e a língua croata escrita faz uso do alfabeto latino – KAPOVIĆ, 2011a, p.142-143; 2011b, p.53). O ato de colocar sinalização em cirílico acabou com as placas sendo quebradas com martelos por um grupo de veteranos de guerra croatas, o que foi um ato encorajado de cima pela fração nacionalista da elite política croata. É claro que essas placas têm um caráter puramente simbólico (não comunicativo), visto que mesmo os sérvios na Sérvia muitas vezes usam a escrita latina<sup>10</sup> ao lado do cirílico. Alguns comentários públicos feitos sobre esse tópico sugeriram que as placas em cirílico não são necessárias, pois são escritas na mesma língua (servo-croata), mas esta é uma linha de raciocínio falha. O fato de uma dada variação linguística não ser considerada como uma “língua” tem pouco a ver com a sinalização pública: em certos lugares da Croácia, você pode encontrar sinalizações escritas em dialeto, e mesmo não existindo nada desse tipo, não há razão porque uma certa comunidade local não poderia a desejar (novamente, por razões simbólicas). Obviamente, as placas em cirílico não estão lá porque os sérvios falam de maneira completamente diferente dos croatas; elas estão lá como um símbolo dos direitos da minoria sérvia e da sua presença em uma determinada área. Esta é, portanto, uma questão política, e não linguística. Por outro lado, é igualmente verdade que tais placas bilíngues - além de serem símbolos visuais dos direitos das minorias (étnicas e também linguísticas) - promovem, simultaneamente, um aprofundamento de divisões étnicas. Pior ainda é o exemplo da segregação de crianças com base na língua em Vukovar (bem como na Bósnia e Herzegovina, por exemplo), onde o respeito pelos direitos étnicos / minoritários traz consigo a separação das crianças no ensino fundamental (tais direitos são aqui baseados em diferenças linguísticas - que são mínimas no nível dos dialetos-padrão

---

10 Da mesma forma, a sinalização pública bilíngue escrita em italiano na região da Istria, na Croácia, não existe para que a minoria italiana possa entender o que está escrito nas placas (visto que todos os italianos na Istria conhecem croata). Ela aponta simbolicamente para a presença da minoria e seus direitos na região.

baseados no nacionalismo, enquanto na prática, no nível das comunidades locais, são frequentemente inexistentes).<sup>11</sup> Na prática, isso impede qualquer tipo de vida juntos. Embora seja verdade que a aplicação dos direitos das minorias (étnicos / linguísticos), ao mesmo tempo, aprofunda e consolida as diferenças étnicas (por exemplo, na forma de segregação em escolas e de forma mais geral),<sup>12</sup> os conflitos étnicos não podem ser resolvidos simplesmente ignorando a existência real das diferenças. E por mais que muitas identidades étnicas tenham sido e continuem a ser encorajadas e construídas de forma planejada a partir de cima<sup>13</sup>, isso pode ser superado por meio de compromissos supra ou mesmo pós-étnicos ao lado de outros tipos de projetos políticos - principalmente aqueles que são baseados em classe e são internacionalistas. Na prática, uma solução atual poderia ser que os alunos, juntos, nas mesmas turmas, aprendessem sobre a sua própria língua e sobre a língua (ou da “língua”) e cultura dos outros, mas na prática isso é difícil de conseguir dada a hegemonia das elites políticas que vivem de divisões étnicas.

## Linguística e a escolha de uma abordagem científica

- 11 O fato bizarro, desconhecido do grande público na Croácia, de que o dialeto falado pelos croatas étnicos em Vukovar é, na verdade, o dialeto de Šumadija-Vojvodina. Este dialeto é falado principalmente por sérvios étnicos na Sérvia; na Croácia, só é falado na parte mais oriental (em Vukovar e arredores), enquanto na Sérvia é falado na maior parte no Noroeste do país. Isso explica a anedota contada na época do exílio durante a guerra de pessoas de Vukovar em 1991, quando falantes de outras partes da Croácia ficaram surpresos por estes falarem “sérvio”. Esses exemplos falam muito sobre a incompatibilidade completa muito frequente entre a realidade linguística e os fantasmas nacionalistas.
- 12 É o caso, por exemplo, da cidade de Mostar, na Herzegovina, que se divide em partes ocidentais (católicas / croatas) e orientais (muçulmanas / bósnias). Não é o único exemplo nos Balcãs.
- 13 Talvez o exemplo mais indicativo de construção de uma nação por meio de cartazes *jumbo* venha do censo populacional realizado em 2013 na Bósnia e Herzegovina (BiH), quando defensores da política nacionalista bósnia colocaram cartazes *jumbo* em toda a BiH, instruindo bósnios (muçulmanos bósnios-herzegovianos) sobre como assinar o censo (isso porque a complexidade da terminologia étnico-religiosa-linguística teria gerado muita confusão): *religião - Islã, nação - Bosniaco, língua - língua bosniaca*. O problema percebido para o programa nacionalista bósnio reside no fato de que as pessoas podem se confundir e, em vez de bosniaco, escrever *bósnio* ou *herzegoviniano* (*muçulmano*, como determinante étnico da Iugoslávia, é atualmente totalmente reprimido) e, em vez de dizer a *língua bósnia*, poderia aparecer a *língua bosniaca* (o que negaria as pretensões de reivindicar todo o território da Bósnia-Herzegovina), ou pior ainda, a língua *servo-croata*, ou possivelmente uma variante ouvida na rua, como *naški jezik* (a nossa língua).

Os antropólogos sociais frequentemente alertam contra a impossibilidade de objetividade e advogam contra a escolha de uma “abordagem científica” para a pesquisa social - tais avisos também podem ser verdadeiros para a linguística. Podemos, no mínimo, nos questionar se certos princípios linguísticos básicos podem ser relativizados,<sup>14</sup> por exemplo, a ideia de que a língua muda, ao invés de decair (ver, por exemplo, AITCHISON, 2001), ou que todas as línguas têm o mesmo valor e não há palavras, formas e significados “melhores” e “piores” (um resultado que pode até ser derivado de postulados de Saussure sobre a arbitrariedade dos signos linguísticos). Tais compreensões científicas das línguas estão abertas à relativização no mesmo nível que outras compreensões científicas, como aquelas relativas à gravidade, átomos ou bactérias. Da mesma forma, se o criacionismo, a astrologia, o racismo e a frenologia podem ser criticados como fenômenos não científicos, então se pode criticar o prescritivismo linguístico e o purismo da mesma maneira.

Por outro lado, é claro que toda escolha - incluindo se supomos ou não haver uma compreensão científica de “sentimento nacional”<sup>15</sup> - é ideológica, assim como fazemos uma escolha ideológica como linguistas quando decidimos se devemos ou não defender uma abordagem elitista ou igualitária da linguagem (e também da sociedade). O prescritivismo e o purismo podem ser criticados de uma perspectiva científica - como formas de olhar para a linguagem que não têm fundamento em entendimentos científicos conhecidos da linguagem -, mas também como ideológico/político, como elitismo, como um projeto político de direita que incentiva o autoritarismo, a hierarquização, o elitismo, a xenofobia e o nacionalismo

---

14 Ver as afirmações de Dixon (2011, p.167-187) de que a linguística como ciência (no sentido de “teorias linguísticas básicas” e a descrição e análise linguística) de fato se enquadra nas ciências naturais.

15 Desta forma, o prescritivista croata Stjepan Babić, ao escrever sobre as palavras *sport* / *šport* (pt. esporte - a primeira forma é a comum, a segunda é um arcaísmo nacionalista prescritivista “revivido”), sem hesitação escreve desaprovadamente que para “o hábito para muitos croatas (...) (...) é mais importante do que os critérios nacionais habituais” (BABIĆ, 2008, p. 70-72).

através da língua (KAPOVIĆ, 2013, p.398).

Com base na perspectiva da língua como tal e da descrição gramatical pura, podemos também ter certeza de que os movimentos feministas na língua (por exemplo, o uso mais recente do inglês *they* em vez do genérico anterior *he*, ao considerar homens e mulheres) não são científicos - eles não podem, por definição, ser movimentos científicos na linguagem; em vez disso, são políticos. A questão é se consideramos ou não certas intervenções político-ideológicas na língua como sendo justificadas (por exemplo, ajudam a alcançar a igualdade de gênero) ou não (por exemplo, se são xenófobas). Do ponto de vista da língua em si e da linguística (como um conjunto básico de métodos e teorias que servem para descrições e análises linguísticas) não podemos dizer que é bom ou ruim que, na maioria das línguas, o gênero masculino seja genérico. Da mesma forma, nos raros casos em que o gênero feminino é genérico, essa situação linguística não garante às mulheres uma melhor posição na sociedade.<sup>16</sup> Se insistimos ou não no uso de frases como *studentice* (\*forma feminina) e *studenti* (\*forma masculina) em vez de, simplesmente, *studenti* (\*forma masculina; genérica) é, portanto, uma decisão política. A diferença crucial é que, ao fazer mudanças progressivas na língua - sejam elas feministas ou não ou uma questão de correção política (por exemplo, não usar a palavra *cigani* (ciganos) como um insulto), em princípio, nunca podemos chegar a um desenho de explicação em algum tipo de fundamento científico (e não político), fazendo tais movimentos na língua / discurso. Isso não vale apenas para o prescritivismo, que é sempre - pelo menos implicitamente - justificado em termos de justificativas quase científicas / linguísticas. Em países como a Croácia, a autoridade dos prescritivistas (que lhes dá o suposto direito de decidir por si mesmos sobre o que constitui uma

---

16 O gênero feminino é genérico, por exemplo, na língua amazônica *jarawara*, embora essa sociedade, como a maioria das outras, seja patriarcal (DIXON, 2011, p.14).

linguagem “correta” e “incorreta”)<sup>17</sup> é muitas vezes justificada em termos de sua educação linguística formal ou posição universitária (na Croácia, refere-se principalmente a professores de Estudos Croatas). Em última análise, o prescritivismo pode ser bom (no sentido de ser útil para uma comunidade linguística / social), embora não seja científico (da posição da linguística, ou seja, observando as formas em que a linguagem realmente funciona), se tais movimentos “não científicos” resultaram em consequências sociais positivas. No entanto, apesar de tais movimentos não serem baseados em como a linguagem realmente funciona (de acordo com o que a linguística como ciência da linguagem descobriu), o ponto chave é que, como mencionado anteriormente, eles não resultam em algum conjunto de consequências positivas para uma comunidade, mas sim promovem elitismo, autoritarismo, abordagem acrítica, insegurança, medo da língua, anulação da legitimidade democrática dos indivíduos (com menos formação/estudo, dos que não sabem falar “corretamente” ou dos que têm medo de falar em público etc.). Ao discutir intervenções na língua (seja progressista ou reacionária), deve-se sempre ter em mente que são sempre ideológicas / políticas, assim como os argumentos por trás delas.

## Referências

AITCHISON, Jean. *Language Change. Progress or Decay?* Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BENEDICT, Anderson. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.* London – New York: Verso, 2006.

BABIĆ, Stjepan. Zagonetna prevlast jelovnika nad jestvenikom. *Jezik*, v.55, n.2, p. 70-72, 2008.

---

17 Para um texto sobre a anatomia do prescritivismo na Croácia, com vários exemplos concretos, compare a situação atual com Kapović, Starčević e Sarić (2016).

BRUTT-GRIFFLER, Janina. Class, Ethnicity, and Language Rights. An Analysis of British Colonial Policy in Lesotho and Sri Lanka and Some Implications for Language Policy. *Journal of Language, Identity & Education*, v.1, n.3, p. 207–34, 2002.

DIXON, Robert Malcolm Ward. *I am a Linguist*. Leiden/Boston: Brill, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *The Gramsci Reader*. Selected Writings 1916–1935. New York: New York University Press, 2000.

HONEY, John. *Language is Power*. The Story of Standard English and its Enemies. London: Faber and Faber, 1997.

KAPOVIĆ, Mate; Starčević, ANĐEL; SARIĆ, Daliborka. O preskripciji i preskriptivizmu u Hrvatskoj. In: KRYŽAN-STANOJEVIĆ, Barbara (org.), *Jezična politika. Između norme i jezičnog liberalizma*, Zagreb: Srednja Europa, 2016, p. 45–67.

KAPOVIĆ, Mate. Jezik i konzervativizam. In: KOLANOVIĆ, Maša. *Komparativni postsocijalizam*. Slavenska iskustva, Zagreb: Zagrebačka slavistička škola, 2013, p. 391–400.

KAPOVIĆ, Mate. Čiji je jezik? Zagreb: Algoritam, 2011a.

KAPOVIĆ, Mate. Language, Ideology and Politics in Croatia. *Slavia centralis*, v.4, n.2, p.45–56., 2011b.

KONTRA, Miklos; PHILLIPSON, Robert; SKUTNABB-KANGAS, Tove; VÁRADY, Tibor (org.) *Language. A Right and a Resource*. Approaching Linguistic Human Rights. Budapest: Central European University Press, 1999.

MILROY, James. The Ideology of the Standard Language. In: *The Routledge Companion to Sociolinguistics*. LLAMAS, Carmen; MULLANY, Louise; STOCKWELL, Peter (org.). London: Routledge, 2007, p.133–139.

PHILLIPSON, Robert. *Linguistic Imperialism Continued*. New York: Routledge, 2009.

PHILLIPSON, Robert. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. *Linguistic Genocide in Education – Or Worldwide Diversity and Human Rights?* Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

TRUDGILL, Peter. *Journal of Sociolinguistics*, v.2, n.3, p. 457–461, 1998.